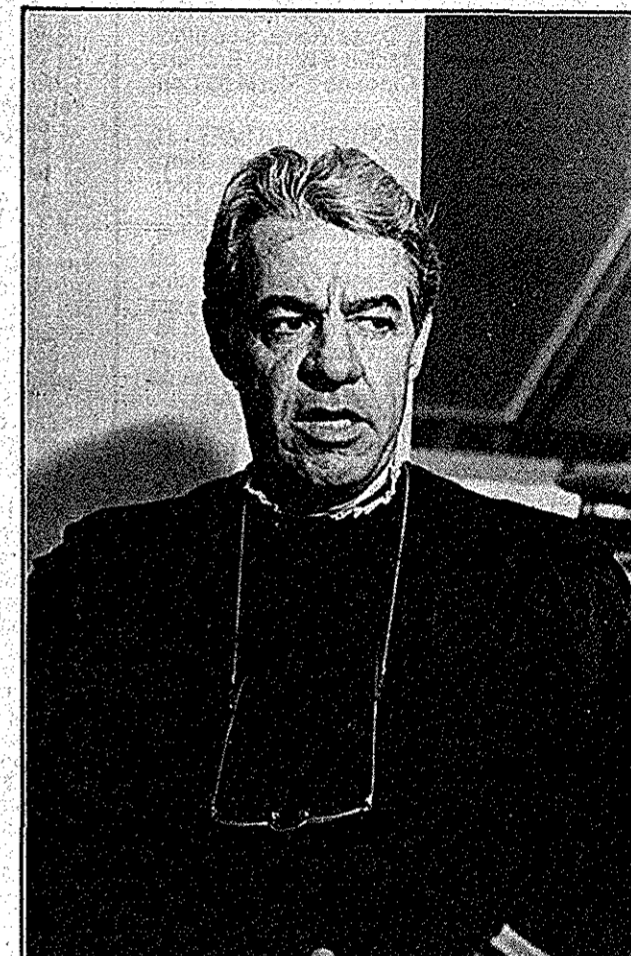


Xacriabás: o mais longo julgamento em Minas



Décio Fulgêncio:
"A defesa turvou a água para esconder no fundo a verdade"
Foto: Paulo Filgueiras



Ariosvaldo Campos Pires:
"Há dedos por trás dessa história"

Até o fechamento dessa edição, depois de quase 70 horas de árduos trabalhos, ainda não era conhecido o resultado do segundo júri da Justiça Federal do Brasil (o primeiro foi o do escândalo da mandioca, em Recife), do julgamento de um grileiro e quatro pistoleiros que assassinaram na madrugada de 12 de fevereiro do ano passado três índios da reserva dos Xacriabás, em Itacarambi, Norte de Minas, com vários tiros, ferindo, ainda, uma índia e matando um companheiro. Nas últimas horas da noite de ontem, depois de um cansativo trabalho que teve início na manhã da última segunda-feira no Fórum Lafayette, os sete jurados se recolheram à sala secreta para a votação de aproximadamente 150 quesitos, operação que prolongou-se até esta manhã.

Miguel Santiago

Na segunda-feira foi composto o Conselho de Sentença, interrogados os réus pelo juiz Antônio de Paula Oliveira e lideranças do processo, o que prosseguiu na terça-feira, que contou também com depoimentos de cinco testemunhas. Ontem, perto das 11 horas da manhã, começaram os esperados debates, com o Salão "Professor Pedro Aleixo" totalmente tomado, sem uma poltrona sequer vaga e com muita gente em pé.

O primeiro a sustentar a acusação foi o procurador da República Carlos Vitor Muzzi, que explicou aos jurados que "a área invadida pelos criminosos é uma reserva indígena pertencente à União, ocupada por índios de costumes diferentes dos nossos, que temos propriedades próprias, isoladas, enquanto a deles é comunitária, em uma região pobre e atrasada, que melhorou e se valorizou com a chegada de empresas dos brancos, o que obrigou o indígena a reagir, revoltado, com o apoio da Funai".

Luta sem violência

Afirmou que depois que a Justiça retirou os posseiros do local, eles se revoltaram e passaram a atacar os índios, que tinham em Rosalino Gomes de Oliveira, vice-cacique, um líder consciente, que lutava, sem violência, pela sua espécie.

Para ele, a prova dos autos, para uma condenação, é harmônica, lembrando que o clima na área era de terror e de insegurança, por causa dos

grileiros e posseiros, que contavam com o apoio do delegado e do prefeito locais.

Informou que os réus confessaram os crimes na Polícia, em detalhes, negando em juízo, sem qualquer convencimento, e que eles tinham ódio de Rosalino. A acusação continuou com o subprocurador geral da República, José Arnaldo Gonçalves de Oliveira, que, lembrando a afirmação dos réus, de que "não existem índios no local e, se existem, nós também somos", é para que eles fiquem com as terras e tenham a proteção do Estado, como os indígenas. Explicou que os réus se organizaram e marcaram a data do massacre, para depois a defesa tentar um julgamento na Justiça Estadual, onde a absolvição seria certa, o que foi impedido pelo Tribunal Federal de Recursos. Afirmou que é preciso dar um basta na ganância e egoísmo dos grileiros, condenando-os, antes que acabem com nossos índios.

A acusação mais contundente foi a do advogado da Funai, Décio Fulgêncio, afirmando que tudo não passou da "fria e premeditada vontade de matar" os índios, que viviam tranquilos na terra da União e passaram a reagir contra os "rapinadores" expulsos do local pela Justiça, defendendo um direito sagrado de conservação da terra, o único patrimônio que possuem.

Exibiu uma carta de Rosalino, de 11 de dezembro de 1985, reclamando da violência dos posseiros, sendo ele um líder "que precisava morrer", por incomodar tanto os grileiros.

Para Décio Fulgêncio, foi muita brutalidade os nove tiros dados no aleijado índio José Pereira Santana: "Isso é de bradar aos céus; odioso", e Amaro ainda teve a coragem de "afirmar na Justiça que tudo foi um cambalacho entre a Justiça e a Polícia Federal". E citou o "belo" prontuário de Amaro: crimes de dano, resistência, desobediência, desacato (a juiz), abuso de poder, receptação e dois homicídios (matou pai e filho).

"O número de tiros (15) pode se medir o ódio de Amaro, que, com seus pistoleiros, arrombaram com chutes as portas da casa de Rosalino, entrando e atirando friamente.

Uma "bomba" Décio Fulgêncio guardou para sua fala final: em uma petição do processo, o defensor (Ariosvaldo Campos Pires) escreveu que seus clientes mataram as vítimas, enquanto os réus negaram a participação em juízo.

"O assistente não tem receio de um erro judiciário, pois entende que os crimes estão provados no processo, com repercussão na imprensa mundial, não sendo um caso comum". E encerrou: "A responsabilidade dos jurados é muito grande.

Gente humilde e indefesa foi morta na calada da noite. É muita estupidez, trazendo luto e saudade. Uma brutalidade imensa. Esse júri está atrasado em quase 500 anos da História do Brasil. Venha a mim o sedento de justiça, pois em mim será saciado".

Pouco depois das 15h de ontem, após o intervalo para o almoço, o advogado Ariosvaldo Campos Pires começou a defesa

dos acusados, afirmando que a acusação deturpou a prova dos autos para induzir os jurados em erro que "envergonhará para o resto da vida as consciências honestas". Para ele, o objetivo do advogado não é o de conseguir a qualquer preço e a qualquer custo um resultado positivo. Irritado, disse que foi transformado por Décio Fulgêncio em réu, um advogado que traiu o compromisso da consciência, afirmando na petição uma autoria de crime de seus clientes, o que não condiz com a verdade, tornando-se o ponto fundamental da acusação, o que para ele é ridículo.

Lembrando de famosos erros judiciais, como o dos irmãos Naves, em Araguari, Ariosvaldo afirmou que a acusação nada provou, lançando no ar apenas indícios de autoria, o que, para ele, não serve para condenar ninguém, apenas com certeza cristalina. Disse que ainda bem que o transformaram em testemunha de acusação e não em réu, o que "seria uma alegria, ficar ao lado desses cinco inocentes pobres coitados".

Para o advogado, não é possível um semi-analfabeto (Amaro) comandar os outros réus, em uma longa preparação que envolveu dinheiro, carros e encontros. "Esses homens humildes e mal vestidos, chamados de grileiros pela Funai, não merecem um tratamento desse nível. Foi a maior farsa que já se montou nesse País", disse Ariosvaldo.

"Imaginei — prosseguiu — "que vera aqui gente

perigosíssima, grileiros poderosos, mas vejo esses coitados (os réus). Essa gente não tem nem um hectare de terra, enquanto existem verdadeiros grileiros com mais de 30 mil hectares. Onde estão eles? Se estivessem no banco dos réus seriam defendidos pela UDR. Há "dedos" por trás dessa história. Os réus também deveriam ser defendidos pela Funai, pois também são descendentes de índios".

Para o advogado, é impossível reconhecer a voz de alguém no escuro, como foi feito por um filho de Rosalino, pois às vezes quando uma pessoa atende um telefonema, mesmo de um parente próximo, não consegue identificar quem está do outro lado da linha. Para ele, tem gente interessada em continuar fomentando a revolta dos índios.

Bodes expiatórios

Lendo doutrina e jurisprudência, o defensor lançou dúvida aos jurados, lembrando que não há prova da autoria, que a confissão dos réus na polícia não é válida, havendo somente indícios e que existiam mais de mil interessados em matar Rosalino, resolvendo a polícia incriminar Amaro, enquanto quem mais tinha tal intenção era Agenor Nunes de Macedo (companheiro de Amaro e morto no tiroteio).

Depois de novo intervalo, para um lanche, o procurador da República Carlos Vitor Muzzi e o assistente Décio Fulgêncio voltaram à réplica, enquanto Ariosvaldo Campos Pires retornou à tréplica, com cada

parte falando durante uma hora (na fala normal, três horas para cada lado). Fulgêncio disse que a defesa turvou a água para não ser vista no fundo a verdade e que se bastasse um réu negar o crime, não teríamos culpados na cadeia.

Sobre o caso dos irmãos Naves, Décio Fulgêncio afirmou que no processo em que foram condenados não havia cadáver (a vítima retornou à Araguari, após a morte na prisão de um deles e o envelhecimento do outro), enquanto que no de Itacarambi tem quatro.

Refutando a defesa, que afirmou ser Agenor o que teria motivo para eliminar Rosalino, Décio Fulgêncio lembrou que é muito cômodo atacar à distância a quem já morreu e não pode se defender. E disse que se Amaro fosse absolvido iria continuar em sua "bem sucedida carreira de crimes", podendo se ele um semi-analfabeto, como disse a defesa, mas "para puxar o gatilho não precisa ter a cultura de um Rui Barbosa". Para ele, a absolvição é que seria um erro judiciário em favor de "frios matadores de índios".

Para Ariosvaldo, "é mil vezes preferível a absolvição de mil culpados do que a condenação de um inocente, não passando os réus de bodes expiatórios para levantar a imagem da Funai".

debates se encerraram perto das 22 horas de ontem, passando os jurados a ler peças do processo. Somente no final da noite é que eles entraram na sala secreta para votação dos longos quesitos.